



**previ
novartis**
SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

2016

RELATÓRIO ANUAL

VERSÃO COMPLETA



SUMÁRIO

3	MENSAGEM DA DIRETORIA
4	GLOSSÁRIO
7	COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS
9	NÚMEROS DA ENTIDADE
10	PERFIL DOS PARTICIPANTES
11	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO
12	RENTABILIDADE MENSAL DAS COTAS
13	RENTABILIDADE ACUMULADA DAS COTAS
14	DESPESAS DA ENTIDADE
15	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
27	NOTAS EXPLICATIVAS
46	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
50	ATAS DE REUNIÕES
51	PARECER DO CONSELHO FISCAL
52	ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO
54	PARECER ATUARIAL PLANO A
65	PARECER ATUARIAL PLANO D
77	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
81	DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
84	ALTERAÇÕES DE ESTATUTO DA ENTIDADE

MENSAGEM DA DIRETORIA

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: MAIS NECESSÁRIA DO QUE NUNCA

O ano de 2016 foi marcado pelo início das discussões acaloradas sobre o futuro da Previdência Social. As incertezas para o futuro, até agora, só ajudaram a reforçar a importância do planejamento para a aposentadoria e para uma previdência complementar.

Para entender rapidamente, a Previdência Social funciona pelo regime de Repartição Simples, isto é, as contribuições feitas pelos trabalhadores na ativa servem também para pagar o benefício dos trabalhadores já aposentados.

Como a expectativa de vida dos brasileiros está aumentando e a taxa de fecundidade diminuindo, a tendência é que este sistema se torne insustentável ao longo dos anos. Por isso, o governo está propondo que a idade mínima de aposentadoria seja de 65 anos, e que o período mínimo de contribuição seja de 25 anos, diferentemente das regras atuais, onde é possível aposentar-se bem mais cedo, com redução no benefício devido ao fator previdenciário.

Com este cenário, a previdência complementar se faz mais necessária do que nunca. Muitas pessoas necessitam recorrer a planos oferecidos por bancos como os PGDLs e VGDLs, porém, estes planos costumam ter altas taxas de administração e carregamento, além de rentabilidade abaixo da média. Outra alternativa são os planos fechados de empresas, como o oferecido pelo Grupo Novartis aos seus funcionários.

Uma das principais vantagens de fazer parte da Previ Novartis é a contrapartida que a empresa faz sobre as Contribuições Básicas durante o período de acumulação, o que faz uma grande diferença nos recursos para a aposentadoria de cada um de nossos quase 3.500 participantes.

Outro destaque é a qualidade na administração, o que impacta diretamente nos nossos resultados. A Previ Novartis se preocupa em realizar uma gestão de qualidade, com foco na sustentabilidade dos planos e na excelência de nossos processos. Um dos exemplos é o Comitê de Investimentos, composto pelos membros da Diretoria Executiva, dedicado à administração e ao acompanhamento dos resultados e riscos dos investimentos. Além disso, as instituições que realizam a gestão dos recursos da Previ Novartis realizam o modelo de gestão ativa, ou seja, buscam retornos acima dos benchmarks.

Nas próximas páginas deste Relatório Anual, você poderá acompanhar os resultados do seu plano e da Entidade, por meio de demonstrações contábeis, pareceres de auditores, da avaliação atuarial do plano, de informações sobre despesas, resultados dos investimentos, entre outros aspectos. Caso deseje uma leitura mais dinâmica, veja a versão resumida, disponível em www.previnovartis.com.br

Boa leitura,

Diretoria Executiva

Glossário



ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Ata da reunião do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza os assuntos tratados em determinada reunião. Especificamente neste caso, a ata do conselho demonstra que seus membros estão cientes das demonstrações apresentadas e que aprovam seu conteúdo. Se necessário, podem constar da ata informações adicionais que sejam consideradas necessárias para sua liberação. O Conselho Deliberativo é responsável pelo controle, deliberação e orientação administrativa da Entidade e por determinadas ações, tais como: aprovação dos cálculos atuariais, das demonstrações contábeis e dos planos de custeio da entidade e definição da política de investimentos, dentre outras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço patrimonial é o documento que apresenta a posição do patrimônio da Entidade em determinada data (normalmente em 31 de dezembro) e sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da Entidade (aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (pagamento a terceiros).

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) E DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

As Demonstrações de Mutação são documentos contábeis elaborados para evidenciar em um determinado período (normalmente a data do balanço patrimonial), de forma consolidada e também por plano de benefícios, a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o ativo líquido do plano e o patrimônio social da Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios é o documento destinado a apresentar, de forma analítica, as alterações realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico que influenciarão diretamente o patrimônio de cobertura do plano, considerando a totalidade dos compromissos.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Demonstração do ativo líquido é o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve ser elaborado e apresentado por plano de benefícios e a sua data base deve acompanhar a data em que está posicionado o balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Demonstração do plano de gestão administrativa é o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

O demonstrativo de investimentos é o documento elaborado e enviado mensalmente para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, que apresenta a posição final das aplicações financeiras realizadas pelos planos de benefícios administrados pela Entidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas às demonstrações contábeis é o documento que identifica a criação e evolução dos planos de benefícios administrados pela Entidade e, além de resumir as principais práticas contábeis utilizadas, descreve os critérios adotados na apropriação das entradas e saídas e na avaliação dos elementos patrimoniais.

PARECER ATUARIAL

Parecer atuarial é o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Parecer do Auditor é o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O parecer do auditor é elaborado e assinado por um contador e deve expressar a opinião deste em relação às demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

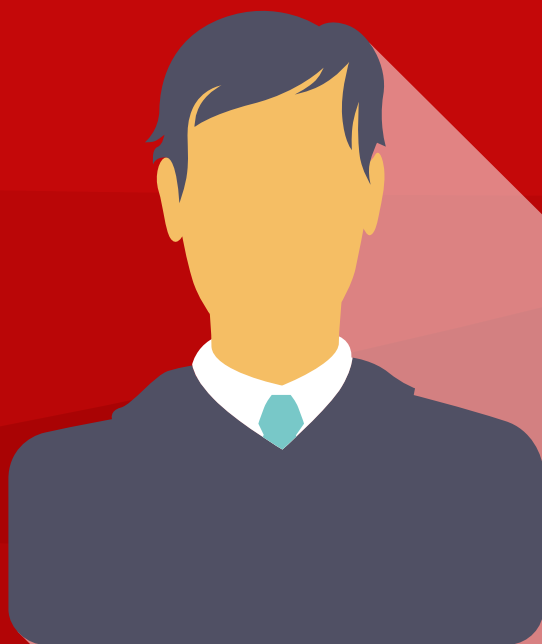
Parecer da reunião do Conselho Fiscal é o documento que apresenta a opinião do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras, fazendo constar todas as informações complementares que julgarem necessárias. O conselho fiscal, além de ser responsável pela fiscalização da Entidade, deve zelar pela sua gestão econômico-financeira e também responder por algumas ações, destacando-se dentre as principais: examinar demonstrações financeiras, livros e documentos da Entidade, acusar as irregularidades e sugerir medidas saneadoras e elaborar o relatório de controles internos do Conselho Fiscal.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade no mercado financeiro. Desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, a finalidade da política de investimentos é garantir uma gestão prudente e eficiente, visando a manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).



COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS



CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente	Daniel Antônio Perin
Conselheira (Titular)	Elaine Noda Marques Bernardino
Representante dos Participantes (Titular)	Corinna Iara Hoffmann
Representante dos Aposentados (Titular)	Eduardo Ambrosini
Conselheiro (Suplente)	Ricardo Jimenez Maykot
Conselheiro (Suplente)	Paulo Sergio De Souza Rodrigues
Representante dos Aposentados (Suplente)	Orlando Fongaro

CONSELHO FISCAL

Presidente	Anderson Pennachio Garbin
Conselheiro (Titular)	Mauricio Tomiello Traficante
Representante dos Participantes (Titular)	Luciano de Barros Corradini
Representante dos Aposentados (Titular)	Paulo Muradian
Conselheira (Suplente)	Sara Ramos
Representante dos Aposentados (Suplente)	Claudio Roberto Guessi

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente	Francisco Javier Martinez Cervantes
Diretor AETQ	Mucio de Campos Maia Neto
Diretora	Renata Rodrigues Desiderio
Diretora	Yara Carnevalli Baxter



NÚMEROS DA ENTIDADE



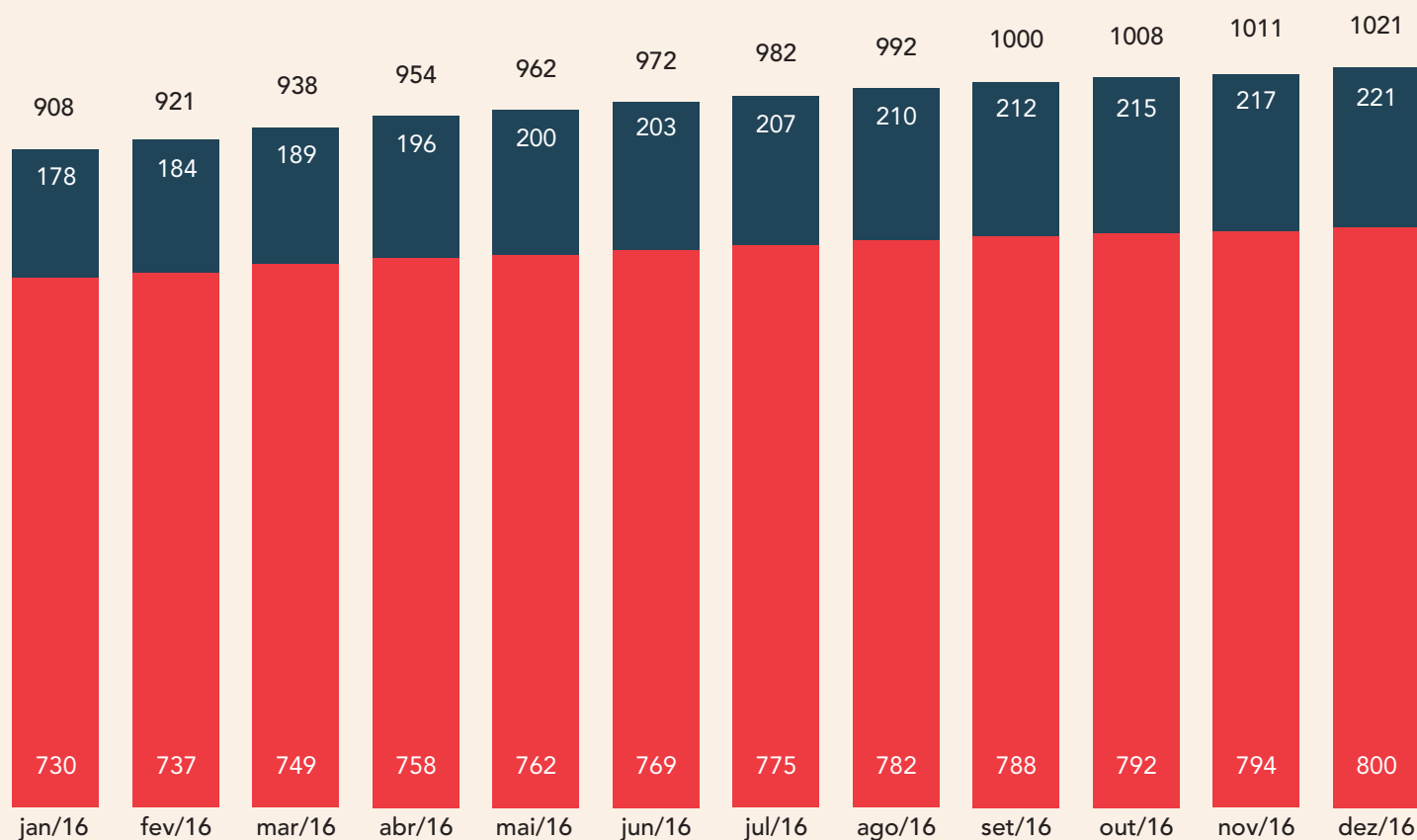
PERFIL DOS PARTICIPANTES



	PLANO A	PLANO D
Ativos	170	1762
Autopatrocinados	0	8
BPDs	205	636
Aguardando opção	2	159
Assistidos	505	36
Aguardando pensão	3	0

base: dezembro/2016

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO



Plano A



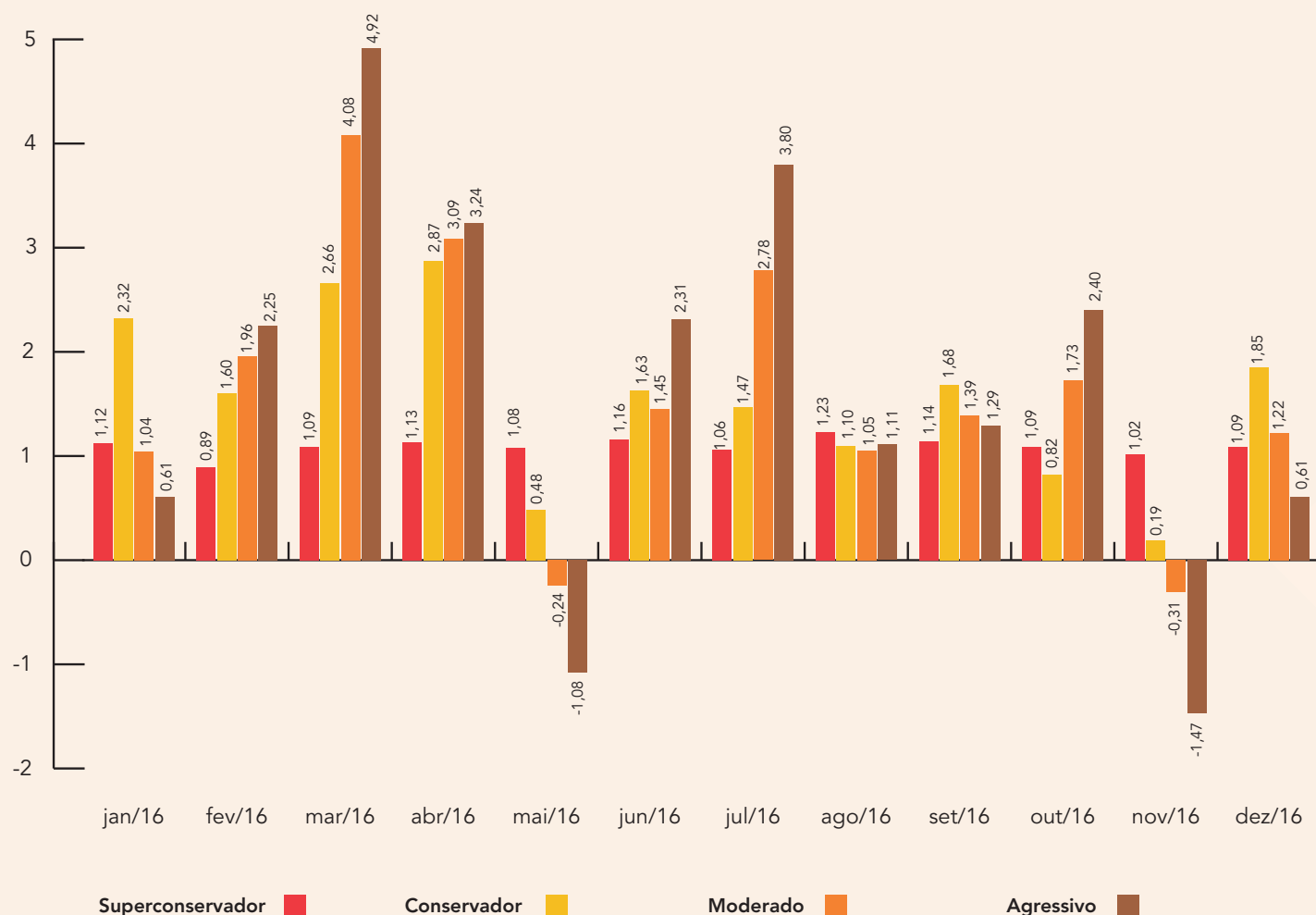
Plano D



PGA A	PGA D
264	389
MILHARES DE REAIS	

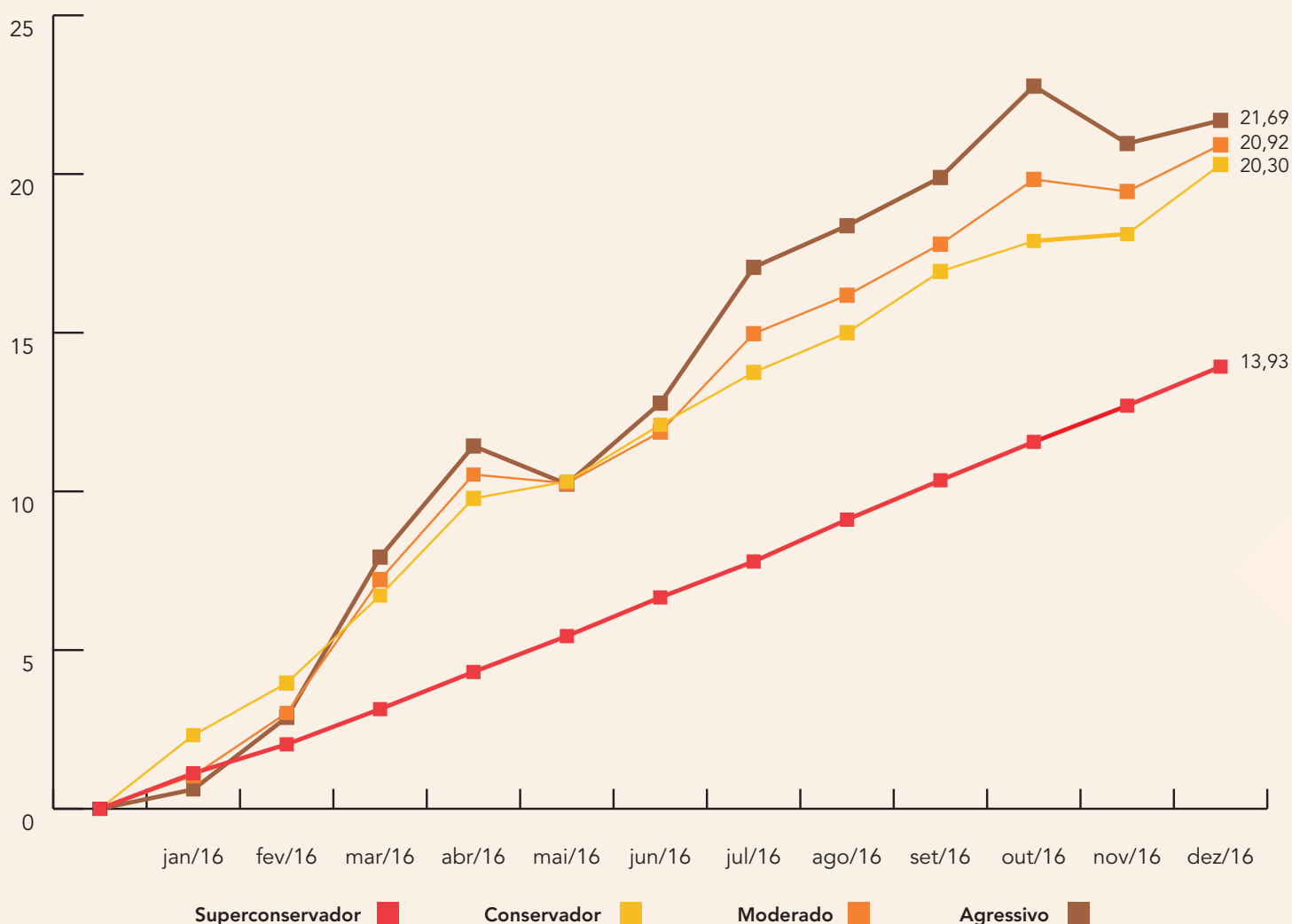
RENTABILIDADE MENSAL DAS COTAS

A rentabilidade das cotas dos perfis corresponde à variação patrimonial de cada um. Contempla as movimentações relativas à entrada de contribuições, pagamentos de benefícios, resultados das aplicações financeiras e pagamento das despesas com gestão de investimentos.



RENTABILIDADE ACUMULADA DAS COTAS

A rentabilidade das cotas dos perfis corresponde à variação patrimonial de cada um. Contempla as movimentações relativas à entrada de contribuições, pagamentos de benefícios, resultados das aplicações financeiras e pagamento das despesas com gestão de investimentos.



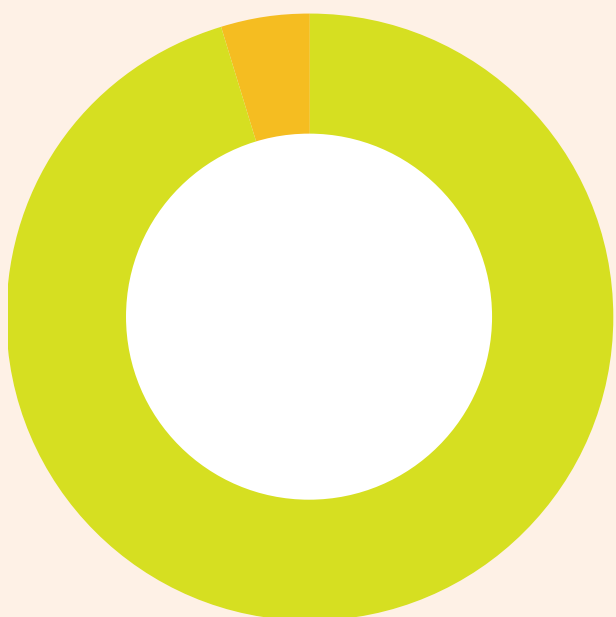
DESPESAS DA ENTIDADE

DESPESAS ADMINISTRATIVAS



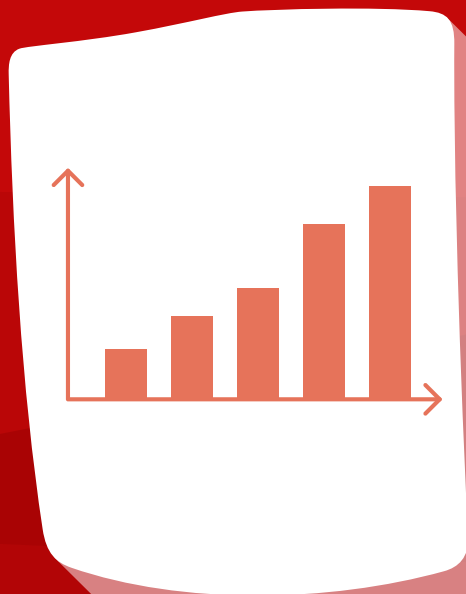
		R\$
30,1%	Pessoal e Encargos	815.851
25,5%	Gestão/Planejamento Estratégico	691.879
18,9%	Consultoria Atuarial	511.699
7,0%	Tributos	188.610
6,0%	Despesas Gerais	163.196
5,0%	Consultoria Jurídica	134.613
2,8%	Auditoria Contábil	76.347
2,7%	Consultoria Contábil	73.832
1,9%	Treinamentos/Congressos e Seminários	51.163
0,1%	Outras Despesas	3.501
Total:		2.710.692

DESPESAS COM INVESTIMENTOS



		R\$
95,3%	Consultoria de Investimentos	623.507
4,7%	Gestão/Planejamento Estratégico	691.879
Total:		653.914

NORMAS CONTABLES



BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO

(em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Disponível		543	498
Realizável		1.022.131	900.760
Gestão Previdencial	5	1.088	1.931
Gestão Administrativa	5	1.410	1.314
Investimentos	6	1.019.633	897.515
Fundos de Investimentos		1.019.633	897.515
TOTAL DO ATIVO		1.022.674	901.258
PASSIVO			
Exigível Operacional	7	791	1.597
Gestão Previdencial		577	1.472
Gestão Administrativa		214	125
Exigível Contingencial	8	1.229	1.116
Gestão Administrativa		1.229	1.116
Patrimônio Social		1.020.654	898.545
Patrimônio de Cobertura do Plano		912.770	786.499
Provisões Matemáticas	9	869.645	784.475
Benefícios Concedidos		393.337	370.163
Benefícios a Conceder		480.688	419.842
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(4.380)	(5.530)
Equilíbrio Técnico	10	43.125	2.024
Resultados Realizados		43.125	2.024
Superávit Técnico Acumulado		43.125	2.024
Fundos	11	107.884	112.046
Fundos Previdenciais		107.232	111.127
Fundos Administrativos		652	919
TOTAL DO PASSIVO		1.022.674	901.258

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETO
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	898.545	826.906	9
1. ADIÇÕES	169.106	166.162	2
(+) Contribuições Previdenciais	26.529	63.170	(58)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	139.479	100.283	39
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	13	(100)
(+) Receitas Administrativas	2.989	2.561	17
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	109	135	(19)
2. DESTINAÇÕES	(46.997)	(94.523)	(50)
(-) Benefícios	(43.632)	(91.653)	(52)
(-) Despesas Administrativas	(3.365)	(2.870)	17
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	122.109	71.639	70
(+/-) Provisões Matemáticas	85.170	61.746	38
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	41.101	(7.966)	(616)
(+/-) Fundos Previdenciais	(3.895)	18.033	(122)
(+/-) Fundos Administrativos	(267)	(174)	53
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	1.020.654	898.545	14

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIOS A

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	723.111	676.481	7
1. ADIÇÕES	114.398	115.438	(1)
(+) Contribuições	4.165	32.490	(87)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	110.233	82.935	33
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	13	(100)
2. DESTINAÇÕES	(38.012)	(68.808)	(45)
(-) Benefícios	(37.558)	(68.529)	(45)
(-) Custeio Administrativo	(454)	(279)	63
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	76.386	46.630	64
(+/-) Provisões Matemáticas	33.769	38.125	(11)
(+/-) Fundos Previdenciais	2.963	8.505	(65)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	39.664	-	100
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	10	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	799.507	723.111	11
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	153	(59)	(359)
(+/-) Fundos Administrativos	153	(59)	(359)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIOS D

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	174.515	149.332	17
1. ADIÇÕES	53.944	50.199	7
(+) Contribuições	24.698	32.851	(25)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	29.246	17.348	69
2. DESTINAÇÕES	(7.954)	(25.016)	(68)
(-) Benefícios	(6.074)	(23.124)	(74)
(-) Custeio Administrativo	(1.880)	(1.892)	(1)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	45.990	25.183	83
(+/-) Provisões Matemáticas	51.401	23.621	118
(+/-) Fundos Previdenciais	(6.858)	9.528	(172)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.437	(7.966)	(118)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	(10)	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	220.495	174.515	26
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(420)	(115)	265
(+/-) Fundos Administrativos	(420)	(115)	265

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETO
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIOS A

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	801.644	724.501	11
Disponível	543	495	10
Recebível	479	332	44
Investimento	800.622	723.674	11
Fundos de Investimento	799.175	723.536	10
Outros Realizáveis	1.447	138	949
2. Obrigações	1.874	1.280	46
Operacional	1.874	1.280	46
3. Fundos não Previdenciais	263	110	139
Fundos Administrativos	263	110	139
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	799.507	723.111	11
Provisões Matemáticas	661.220	627.451	5
Superávit/Déficit Técnico	39.664	-	100
Fundos Previdenciais	98.623	95.660	3
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	39.664	-	100
a) Equilíbrio Técnico	39.664	-	100
b) Ajustes de Precificação	-	-	-
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	39.664	-	100

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIOS D

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	221.503	176.603	25
Disponível	-	3	(100)
Recebível	1.261	2.518	(50)
Investimento	220.242	174.082	27
Fundos de Investimento	219.773	173.133	27
Outros Realizáveis	469	949	(51)
2. Obrigações	619	1.279	(52)
Operacional	619	1.279	(52)
3. Fundos não Previdenciais	389	809	(52)
Fundos Administrativos	389	809	(52)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	220.495	174.515	26
Provisões Matemáticas	208.425	157.024	33
Superávit/Déficit Técnico	3.461	2.024	71
Fundos Previdenciais	8.609	15.467	(44)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	3.461	2.024	71
a) Equilíbrio Técnico	3.461	2.024	71
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	3.461	2.024	71

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	919	1.093	(16)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.098	2.696	15
1.1. RECEITAS	3.098	2.696	15
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.334	2.171	8
Custeio Administrativo dos Investimentos	654	-	100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	109	135	(19)
Outras Receitas	1	390	(100)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.365)	(2.870)	17
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(2.711)	(2.688)	1
Pessoal e Encargos	(816)	(709)	15
Treinamentos/Congressos e Seminários	(51)	(7)	629
Viagens e Estádias	(3)	(1)	200
Serviços de Terceiros	(1.488)	(1.186)	25
Despesas Gerais	(164)	(607)	(73)
Tributos	(189)	(178)	6
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(654)	-	100
Serviços de Terceiros	(624)	-	100
Tributos	(30)	-	100
2.3 ADMINISTRAÇÃO ASSISTENCIAL	-	-	-
2.4 OUTRAS DESPESAS	-	(182)	(100)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(267)	(174)	53
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(267)	(174)	53
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	652	919	(29)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETO
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PLANO DE BENEFÍCIOS A

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	110	169	(35)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	768	511	50
1.1. RECEITAS	768	511	50
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	454	279	63
Custeio Administrativo dos Investimentos	159	-	100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	155	14	1.007
Outras Receitas	-	218	(100)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(615)	(570)	8
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(456)	(570)	(20)
2.1.1 Despesas Comuns	(374)	(492)	(24)
2.1.2 Despesas Específicas	(82)	(78)	5
Tributos	(82)	(78)	5
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(159)	-	100
2.2.1 Despesas Comuns	-	-	-
2.2.2 Despesas Específicas	(159)	-	100
Serviços de terceiros	(152)	-	100
Tributos	(7)	-	100
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	153	(59)	(359)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	153	(59)	(359)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	263	110	139

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PLANO DE BENEFÍCIOS D

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	809	924	(12)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.376	2.185	9
1.1. RECEITAS	2.376	2.185	9
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.880	1.892	(1)
Custeio Administrativo dos Investimentos	495	-	100
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	121	(100)
Outras Receitas	1	172	(99)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.750)	(2.300)	20
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(2.255)	(2.118)	6
2.1.1 Despesas Comuns	(2.148)	(2.017)	6
2.1.2 Despesas Específicas	(107)	(101)	6
Despesas Gerais	-	(1)	(100)
Tributos	(107)	(100)	7
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(495)	-	100
2.2.1 Despesas Comuns	-	-	-
2.2.2 Despesas Específicas	(495)	-	100
Serviços de terceiros	(472)	-	100
Tributos	(23)	-	100
2.3 Outras Despesas	-	(182)	(100)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(46)	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(420)	(115)	265
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(420)	(115)	265
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	389	809	(52)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETO
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

PLANO DE BENEFÍCIOS A

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	801.381	724.391	11
1. Provisões Matemáticas	661.220	627.451	5
1.1 Benefícios Concedidos	382.196	362.149	6
Contribuição Definida	111.117	78.194	42
Benefício Definido	271.079	283.955	(5)
1.2 Benefícios a Conceder	283.404	270.832	5
Contribuição Definida	280.533	267.287	5
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	152.426	146.143	4
Saldo de Contas - parcela participantes	128.107	121.144	6
Benefício Definido	2.871	3.545	(19)
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(4.380)	(5.530)	(21)
(-) Serviço Passado	(4.380)	(5.530)	(21)
(-) Patrocinador(es)	(4.380)	(5.530)	(21)
2. Equilíbrio Técnico	39.664	-	100
2.1 Resultados Realizados	39.664	-	100
Superávit Técnico Acumulado	39.664	-	100
Reserva de Contingência	39.664	-	100
3. Fundos	98.623	95.660	3
3.1. Fundos Previdenciais	98.623	95.660	3
4. Exigível Operacional	1.874	1.280	46
4.1. Gestão Previdencial	542	1.136	(52)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.332	144	825
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

PLANO DE BENEFÍCIOS D

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	221.114	175.794	26
1. Provisões Matemáticas	221.114	157.024	33
1.1 Benefícios Concedidos	11.141	8.014	39
Contribuição Definida	8.824	6.156	43
Benefício Definido	2.317	1.858	25
1.2 Benefícios a Conceder	197.284	149.010	32
Contribuição Definida	189.964	142.773	33
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	74.010	58.401	27
Saldo de Contas - parcela participantes	115.954	84.372	37
Benefício Definido	7.320	6.237	17
2. Equilíbrio Técnico	3.461	2.024	71
2.1 Resultados Realizados	3.461	2.024	71
Superávit Técnico Acumulado	3.461	2.024	71
Reserva de Contingência	2.410	2.024	19
Reserva para Revisão de Plano	1.051	-	-
3. Fundos	8.609	15.467	(44)
3.1. Fundos Previdenciais	8.609	15.467	(44)
4 . Exigível Operacional	619	1.279	(52)
4.1. Gestão Previdencial	35	336	(90)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	584	943	(38)
5. Exigível Contingencial	-	-	-

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

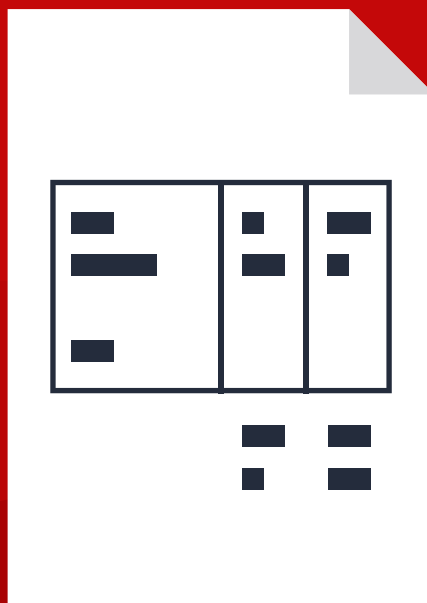
Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

NOTA 1

CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVI NOVARTIS – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída em 20 de abril de 1988 e autorizada a funcionar pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em 20 de abril de 1988, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela PREVI NOVARTIS são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração da Novartis e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano.

PLANO	SIGLA	CNPB	MODALIDADE ⁽¹⁾	PATROCINADOR
Plano de Benefícios A	Plano A	19.970.013-65	CV	Novartis Biociências S.A.; Novartis Saúde Animal Ltda.;
Plano de Benefícios D	Plano D	20.020.001-74	CD	Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.;
				Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda.

(1) Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido (BD).

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2016 apresenta a seguinte posição:

PLANO	ATIVOS		ASSISTIDOS		BPD		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Plano de Benefícios A	170	215	508	476	203	213	881	904
Plano de Benefícios D	1.772	1.791	35	26	623	526	2.430	2.343
TOTAL	1.942	2.006	543	502	826	739	3.311	3.247

NOTA 2

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e as alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R4).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- ▼ Gestão Previdencial - Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- ▼ Gestão Administrativa - Atividade de registro e de controle inerentes à administração do plano de benefícios;
- ▼ Investimentos - Registro e controle referentes à aplicação dos recursos do plano de benefícios.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- ▼ Balanço Patrimonial Consolidado – BP;
- ▼ Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
- ▼ Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL⁽¹⁾;
- ▼ Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
- ▼ Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
- ▼ Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA;
- ▼ Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

(1) Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e sua posterior atualização CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). Foi promovida a seguinte alteração: (i) Demonstração da Mutações do Ativo Líquido (DMAL), foram inseridas informações do referido valor em adições, destinações e acréscimos para os “resultados a realizar”. Os valores de 2015 contidos nos quadros “DMAL - Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios”, no item “C) Fundos não previdenciais” foram ajustados para apresentar de forma correta a comparação e os efeitos de 2016.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, “Participação no Fundo Administrativo PGA”, “Outros Realizáveis” e “Relacionados com o Disponível” (Nota 13).

NOTA 3

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

A) ATIVO REALIZÁVEL

- ▼ **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.
- ▼ **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- ▼ **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:
 - a. **Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
 - b. **Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da Entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

I. TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS, AÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

B) EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

C) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra os montantes decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- ▼ **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- ▼ **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- ▼ **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

D) PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas dos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

E) PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

F) ESTIMATIVAS ATUARIAIS E CONTÁBEIS

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- ▼ Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.

- ▼ Investimentos imobiliários: reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.
- ▼ Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- ▼ Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por profissional responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

G) IMPOSTOS

I. IMPOSTO DE RENDA

- ▼ Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- ▼ Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

II. PIS E COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela entidade, passou-se a efetuar o recolhimento de COFINS a partir da competência de janeiro de 2015 (Nota 5 e 8).

H) REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS, RENDAS/ VARIAÇÕES POSITIVAS E DEDUÇÕES/VARIAÇÕES NEGATIVAS

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendamentos/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência, exceto as contribuições de autopatrocinados dos planos Contribuição Definida e Contribuição Variável, que são registradas pelo regime de caixa.

As Rendamentos/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

NOTA 4

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- ▼ Gestão Previdencial: são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo que os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeadas através de contribuições das Patrocinadoras e por transferência de rentabilidade dos Investimentos, conforme orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade;
- ▼ Investimentos: são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração de Investimentos, sendo custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos.

NOTA 5

ATIVO REALIZÁVEL

O saldo do ativo realizável é composto pelos seguintes grupos de contas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

A) GESTÃO PREVIDENCIAL

PLANO	2016	2015
	CONTRIB. A RECEBER	
Plano de Benefícios A	216	221
Plano de Benefícios D	872	1.710
TOTAL	1.088	1.931

B) GESTÃO ADMINISTRATIVA

PLANO	2016				2015
	CONTRIB. PARA CUSTEIO	DEPÓSITOS JUDICIAIS - PIS/COFINS ⁽¹⁾	TRIBUTOS A COMPENSAR	TOTAL	
Plano de Benefícios A	43	369	-	412	359
Plano de Benefícios D	132	860	6	998	955
TOTAL	175	1.229	6	1.410	1.314

(1) Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas de administração e execução de planos de benefícios (Nota 8).

NOTA 6 INVESTIMENTOS

A) COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de 5 anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Itaú Unibanco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável. A composição da carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está demonstrada a seguir:

PLANO	2016	2015
	FUNDOS DE INVEST.	
Plano de Benefícios A	799.416	723.637
Plano de Benefícios D	220.217	173.878
TOTAL	1.019.633	897.515

PLANO	FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
	RENTA FIXA	MULTIMERCADO	2016	2015
Plano de Benefícios A	313.976	485.440	799.416	723.637
Plano de Benefícios D	13.029	207.188	220.217	173.878
TOTAL	327.005	692.628	1.019.633	897.515

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENDA FIXA		
PLANO	ALM FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA ⁽¹⁾	2015
Plano de Benefícios A	313.976	288.360
Plano de Benefícios D	13.029	20.855
TOTAL	327.005	309.215

(1) O objetivo do projeto ALM é proteger a parcela de risco dos planos, atrelando os compromissos das rendas vitalícias e parcelas de risco com investimentos em NTN-Bs (Títulos do governo atrelados a inflação), através da aplicação no Fundo Exclusivo ALM FI RENDA FIXA, casando o retorno dos títulos com o pagamento dos benefícios. Parte desses títulos estão classificados como "mantidos até o vencimento" e possuem vencimentos que variam de 05/2015 a 08/2050.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS - MULTIMERCADO						
PLANO	SUPER CONSERVADOR FIC FI CP	CONSERVADOR FIC FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO CP	MODERADO FIC FI CP	AGRESSIVO FIC FI CP	2016	2015
Plano de Benefícios A	259.669	168.075	53.231	4.464	485.439	435.176
Plano de Benefícios D	121.062	50.566	32.344	3.217	207.189	152.278
TOTAL	380.731	218.641	85.575	7.681	692.628	588.300

B) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, no Itaú Unibanco S.A. e em outras Instituições Financeiras.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários:

I. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS FUNDOS EXCLUSIVOS (NÍVEL I)

DESCRIÇÃO	VENCIMENTO				2016	2015
	NATUREZA	INDETERMINADO	ATÉ 1 ANO	ACIMA DE 1 ANO		
Mantidos para negociação						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Pública	-			-	59.782
Operações Compromissadas - LTNs	Privada	-	-		-	70.380
Cotas de Fundos de Investimento	Privada	691.372	-	-	691.372	588.330
Fundos Exclusivos (Nível II)		656.240	-	-	656.240	552.994
FI REN FIXA CP BASEL		190.331	-	-	190.331	190.788
IT AMAZONITA CP IMAS		190.228	-	-	190.228	190.024
ITAU CALCEDONIA CEP		137.815	-	-	137.815	86.198
FI RENDA FIXA LAB		137.866	-	-	137.866	85.984
Fundos Abertos		35.132	-	-	35.132	35.336
B FIC INST IBRX ALPH		1.496	-	-	1.496	4.602
OCEANA VALOR FIA		3.031	-	-	3.031	4.554
OCEANA LONG SHORT MM		1.900	-	-	1.900	3.397
SANT FICFI STAR LS M		4.301	-	-	4.301	2.670
BNP PARIBAS L AND SH		2.506	-	-	2.506	2.539
VINCI GAS DIVID FIA		2.622	-	-	2.622	2.209
GAS LÓTUS HG FIA		153	-	-	153	2.156
BRZ EQUITY FUNDA FIA		2.269	-	-	2.269	2.067
FOF MULTI GLOB EQ MM		2.925	-	-	2.925	2.052
BTG DIVIDENDO FICFIA		-	-	-	-	1.996
POLLUX AÇÕES INST I		2.342	-	-	2.342	1.991
BBM BAHIA FIC FIM		3.984	-	-	3.984	1.462
BNY MELLON ARX ESPEC		-	-	-	-	1.416
ITAU SOB RE DI LP FI		-	-	-	-	1.293
SAFRA GALILEO FIM		3.508	-	-	3.508	932
ITA RF REFDI CUST SO		895	-	-	895	-
BNP P ACTION FIC FIA		1.451	-	-	1.451	-
BRASIL PLURAL FICFIA		1.749	-	-	1.749	-
Mantidos até o vencimento						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	Pública	-	5.904	252.043	257.947	179.072
Notas do Tesouro Nacional (LTN OVER)	Pública	-	-	69.080	69.080	-
Ações						
IVVB11		1.283	-	-	1.283	-
Disponibilidades	Privada	42	-	-	42	28
Valores a Pagar	Privada	(91)	-	-	(91)	(77)
TOTAL		692.606	5.904	321.123	1.019.633	897.515

II. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DOS FUNDOS EXCLUSIVOS (NÍVEL II)

DESCRIÇÃO	VENCIMENTO				2016	2015
	NATUREZA	INDETERMINADO	ATÉ 1 ANO	ACIMA DE 1 ANO		
Certificado de Depósito Bancário	Privada	-	2.820	5.736	8.556	6.519
IT AMAZONITA CP IMAS		-	267	268	535	189
FI REN FIXA CP BASEL		-	2.293	5.208	7.501	6.190
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	260	260	520	-
FI RENDA FIXA LAB		-	-	-	-	140
Letras Financeiras	Privada	-	100.200	108.670	208.870	188.837
IT AMAZONITA CP IMAS		-	40.949	50.535	91.484	74.292
FI REN FIXA CP BASEL		-	24.445	28.845	53.290	57.826
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	27.504	9.888	37.392	32.733
FI RENDA FIXA LAB		-	7.302	19.402	26.704	23.986
Debêntures	Privada	-	3.595	34.162	37.757	32.896
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	4.114	4.114	4.808
FI REN FIXA CP BASEL		-	1.190	23.248	24.438	18.490
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	1.642	1.963	3.605	5.688
FI RENDA FIXA LAB		-	763	4.837	5.600	3.910
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	Pública	-	4.289	188.893	193.182	202.325
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	89.168	89.168	110.765
FI REN FIXA CP BASEL		-	68	95.726	95.794	84.925
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	1.848	1.848	1.451
FI RENDA FIXA LAB		-	4.221	2.151	6.372	5.184
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)	Pública	-	4.121	14.693	18.814	31.905
FI REN FIXA CP BASEL		-	2.798	-	2.798	14.085
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	24	12.000	12.024	4.772
FI RENDA FIXA LAB		-	1.299	2.693	3.992	13.048
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Pública	-	4.613	10.548	15.161	4.021
FI REN FIXA CP BASEL		-	4.613	-	4.613	4.021
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	-	10.548	10.548	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN - B)	Pública	-	3.633	139.756	143.389	75.401
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	3.944	3.944	-
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	3.633	67.278	70.911	38.833
FI RENDA FIXA LAB		-	-	68.534	68.534	36.568
Operações Compromissadas - LTNs	Privada	-	-	44.657	44.657	5.088
FI REN FIXA CP BASEL		-	-	276	276	2.324
FI RENDA FIXA LAB		-	-	44.381	44.381	2.764
Operações Compromissadas - Debêntures	Privada	-	-	-	-	416
FI RENDA FIXA LAB		-	-	-	-	416
Cotas de Fundos de Investimento	Privada	2.613	-	-	2.613	5.661
FI REN FIXA CP BASEL		1.636	-	-	1.636	2.920
ITAU CALCEDONIA IMAG		977	-	-	977	2.741
Nota Comercial	Privada	-	-	1.018	1.018	-
IT AMAZONITA CP IMAS		-	-	1.018	1.018	-

DESCRIÇÃO	VENCIMENTO			2016	2015
	NATUREZA	INDETERMINADO	ATÉ 1 ANO		
Disponibilidades		-	18	-	18
IT AMAZONITA CP IMAS		-	3	-	3
FI REN FIXA CP BASEL		-	11	-	11
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	1	-	1
FI RENDA FIXA LAB		-	3	-	3
Valores a Receber (a pagar)		-	(17.795)	-	(17.795)
IT AMAZONITA CP IMAS		-	(36)	-	(36)
FI REN FIXA CP BASEL		-	(27)	-	(27)
ITAU CALCEDONIA IMAG		-	(10)	-	(10)
FI RENDA FIXA LAB		-	(17.722)	-	(17.722)
TOTAL		2.613	105.494	548.133	656.240
				656.240	552.994

NOTA 7

EXIGÍVEL OPERACIONAL

O saldo do exigível operacional é composto pelos seguintes grupos de contas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

A) GESTÃO PREVIDENCIAL

PLANO	2016			2015
	RETENÇÕES SOBRE A FOLHA DE BENEFÍCIOS	OUTRAS EXIGIBILIDADES	TOTAL	
Plano de Benefícios A	534	8	542	1.136
Plano de Benefícios D	32	3	35	336
TOTAL	566	11	577	1.472

B) GESTÃO ADMINISTRATIVA

PLANO	2016				2015
	DESPESAS A PAGAR ⁽¹⁾	RETENÇÕES A RECOLHER	TRIBUTOS (PIS/COFINS)	TOTAL	
Plano de Benefícios A	15	2	3	20	14
Plano de Benefícios D	157	23	14	194	111
TOTAL	172	25	17	214	125

(1) Serviços advocatícios, de informática, de consultoria atuarial, de auditoria e administração previdencial e dos investimentos.

NOTA 8

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O saldo do exigível contingencial é composto pelos seguintes grupos de contas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

A) GESTÃO ADMINISTRATIVA

PLANO	PROCESSOS DE AÇÕES PIS E COFINS ⁽¹⁾		
	2015	ATUALIZAÇÃO	2016
Plano de Benefícios A	335	34	369
Plano de Benefícios D	781	79	860
TOTAL	1.116	113	1.229

- (1) Em 28 de março de 2012 foi proferido despacho, o qual desacolheu a preliminar relativa à ausência de interesse de agir, rejeitou a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido e abriu prazo para especificação de provas a produzir. Em 3 de abril de 2012, foi protocolada petição da autora, requerendo produção de prova pericial contábil/fiscal, com indicação de perito apto, bem como a intimação da ré para apresentação de cópia integral do processo administrativo. Em 2016 os autos encontram-se suspensos, em virtude de recurso extraordinário paradigma, sob nº 609.096/RS, que encontra-se pendente de julgamento.

B) PROCESSOS CLASSIFICADOS COMO POSSÍVEIS

As ações, cuja probabilidade de perda foi considerada “Possível” por nossos assessores legais, não reconhecidas contabilmente:

RESUMO	QUANTIDADE	2016	2015
Tributária ⁽¹⁾	1	819	-
TOTAL	1	819	-

- (1) Pedido de restituição perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, de receitas que não deveriam compor a base de cálculo nas competências de 01/2002 a 12/2007 e que estavam sendo incluídas, o qual foi considerado “não formulado” por ter sido feito “em papel” e não por meio eletrônico.

NOTA 9

PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

- I. **Provisões de benefícios concedidos –**
Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).
- II. **Provisões de benefícios a conceder –**
Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.
- III. **Provisões matemáticas a constituir –**
Correspondem ao valor do contrato de equacionamento de déficit, firmado junto ao patrocinador, atualizado na data do balanço.

B) PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Os cálculos das provisões matemáticas de 2016 e 2015 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

HIPÓTESE	2016		2015	
	PLANO DE BENEFÍCIOS A	PLANO DE BENEFÍCIOS D	PLANO DE BENEFÍCIOS A	PLANO DE BENEFÍCIOS D
Taxa Real Anual de Juros ⁽¹⁾	4,33% a.a.	4,38% a.a.	4% a.a.	4% a.a.
Crescimento Real do Salário ⁽²⁾	1,95% a.a.	2,63% a.a.	0,93% a.a.	2,59% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo				
Salários	100%	100%	100%	100%
Benefícios do Plano ⁽³⁾	97%	97%	100%	100%
Benefícios do INSS ⁽³⁾	97%	97%	100%	100%
Tábua de Mortalidade Geral ⁽⁴⁾	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca	Light-Fraca	Light-Fraca
Tábua de Rotatividade	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015	Experiência Novartis Plano D 2012 – 2016	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015	Experiência Novartis Plano D 2006 – 2015
Método Atuarial ⁽⁵⁾	Financeiro	Financeiro	Financeiro	Financeiro

- (1) Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,33% a.a. (Plano A) e 4,38% a.a. (Plano D). Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,33% a.a. (Plano A) e 4,38% a.a. (Plano D), condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.
Sendo assim, a Entidade e as Patrocinadoras dos Planos optaram por manter a taxa real anual de juros de 4% a.a para o Plano A e D adotada na avaliação atuarial de 2015.
- (2) Em 31/12/2016 a taxa de crescimento real de salário foi aumentado de 0,93% a.a. para 1,95% a.a. (Plano A) e 2,59 a.a. para 2,63% a.a. (Plano D).
- (3) A adoção de um fator de 97% para os benefícios reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,00%.
- (4) Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).
- (5) São usados os métodos atuariais financeiros para as parcelas de Benefício Definido e para o Plano de Benefícios CD, exceto o Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte que foi avaliado pelo "Crédito Unitário Projetado".

C) EVOLUÇÃO

DESCRIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2015	CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA	SALDOS EM 31/12/2016
Benefícios Concedidos	370.163	23.174	393.337
Plano de Benefícios A	362.149	20.047	382.196
Plano de Benefícios D	8.014	3.127	11.141
Benefícios a Conceder	419.842	60.846	480.688
Plano de Benefícios A	270.832	12.572	283.404
Plano de Benefícios D	149.010	48.274	197.284
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.530)	1.150	(4.380)
(-) Déficit Equacionado	(5.530)	1.150	(4.380)
Plano de Benefícios ⁽¹⁾	(5.530)	1.150	(4.380)
TOTAL	784.475	85.170	869.645

(1) O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 2 anos e 7 meses, contados a partir de 31/12/2015.

A evolução dos saldos dos contratos foi a seguinte:

PLANOS	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	RECEBIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES	ATUALIZAÇÃO / REPACTUAÇÃO	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO
Plano de Benefícios A	(5.530)	1.826	(676)	(4.380)
TOTAL	(5.530)	1.826	(676)	(4.380)

O saldo devedor é atualizado mensalmente pela meta atuarial do plano, ou seja, pelo indexador do plano e pela taxa de juros adotada na última avaliação atuarial.

NOTA 10 EQUILÍBRIO TÉCNICO

A) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

PLANOS	2015	SUPERAVID/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	2016
Plano de Benefícios A	-	39.664	39.664
Plano de Benefícios D	2.024	1.437	3.461
TOTAL	2.024	41.101	43.125

b) Cálculo do Limite da Reserva de Contingência

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Os cálculos do limite da reserva de contingência dos planos foram as seguintes:

DESCRIÇÃO	2016		2015
	PLANO DE BENEFÍCIOS A	PLANO DE BENEFÍCIOS D	PLANO DE BENEFÍCIOS D
Saldo de Provisões Matemáticas - Benefício Definido (a)	273.950	9.637	8.095
Cálculo do limite da Reserva de Contingência			
Duração do Passivo do Plano acrescido de 10 pontos (b)	19,72	27,60	28,40
Limite do Superávit Técnico calculado pelo fator (a * b)	54.023	2.660	2.299
Limite do Superávit Técnico calculado em 25% das PM (a * 25%)	68.488	2.409	2.024
Limite da Reserva de Contingência (menor valor entre os limites)	54.023	2.409	2.024

Considerando que os planos apuraram Superávit Técnico Acumulado inferior ao limite, portanto, não constituindo Reserva Especial, e conforme Resolução CGPC 26/08 e alterações posteriores, os ajustes de precificação não se aplicam a estes planos.

NOTA 11 FUNDOS

a) Fundo Previdencial – Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores serão utilizados pelas patrocinadoras para efetuar as contribuições/aportes em nome dos participantes, conforme estabelecido no regulamento do plano.

b) Fundo Administrativo – Corresponde ao valor apurado decorrente das sobras entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas e as despesas administrativas mensais efetivamente incorridas.

DESCRIÇÃO	2015	REMUNERAÇÃO	CONSTITUIÇÃO	(REVERSÃO)	2016
Fundos Previdenciais	111.127	13.863	1.742	(19.500)	107.232
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar					
Plano de Benefícios A	90.743	12.359	313	(4.986)	98.429
Plano de Benefícios D	1.818	369	1.428	(10)	3.605
Revisão de Plano					
Plano de Benefícios A	-	-	-	-	-
Plano de Benefícios D	13.575	1.103		(9.754)	4.924
Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial					
Plano de Benefícios A	4.917	23	-	(4.746)	194
Plano de Benefícios D	74	9	1	(4)	80
Fundos Administrativos	919	109	2.335	(2.711)	652
Plano de Benefícios A	110	17	454	(318)	263
Plano de Benefícios D	809	92	1.881	(2.393)	389
TOTAL	112.046	13.972	4.077	(22.211)	107.884

NOTA 12

PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras Novartis Biociências S.A.; Novartis Saúde Animal Ltda.; Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada; e Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda.; cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos Planos: Plano de Benefícios A e Plano de Benefícios D, para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Previ Novartis Sociedade de Previdência Privada.

NOTA 13

COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2016	2015
Participação no Plano de Gestão Administrativa	652	919
Plano de Benefícios A	263	110
Plano de Benefícios D	389	809
Participação no Fundo Administrativo PGA	652	919
Plano de Benefícios A	263	110
Plano de Benefícios D	389	809
Outros Realizáveis ⁽¹⁾	1.916	1.087
Consolidado	1.916	1.087
Relacionados com o Disponível ⁽¹⁾	1.916	1.087
Consolidado	1.916	1.087

(1) Referem-se as movimentações patrimoniais (Pagar e Receber) entre os perfis de investimentos a serem realizados financeiramente no mês seguinte.

Francisco Javier Martinez
Diretor-Presidente
CPF: 237.641.688-46

Mucio de Campos Maia Neto
Diretor-AETQ
CPF: 064.357.868-44

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Previ Novartis, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, demonstração do ativo líquido, demonstração do plano de gestão administrativa e demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ▼ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ▼ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- ▼ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- ▼ Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- ▼ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8

ATA DE REUNION

DOS CONSELHOS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das obrigações estatutárias que lhe são conferidas, os membros do Conselho Fiscal da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada reuniram-se nesta data, na sede da Previ Novartis, para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2016, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva da Previ Novartis por meio dos seguintes documentos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício de 2015; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício de 2015; **c)** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício de 2015; **d)** Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL dos Planos de Benefícios A e D comparativa com o exercício de 2015; **e)** Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido – DMAL dos Planos de Benefícios A e D comparativa com o exercício de 2015; **f)** Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT dos Planos de Benefícios A e D comparativa com o exercício de 2015; **g)** Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; **i)** Pareceres Atuariais emitidos pela Willis Towers Watson Consultoria Ltda., contendo os resultados das Avalia es Atuariais dos Planos de Benefícios A e D. Examinados os documentos acima listados e constatado por este Conselho que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras, na legisla o vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto da Previ Novartis, os membros deste Conselho emitem Parecer favorável às informa es constantes das Demonstra es Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2016, eis que refletem as atividades da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada no referido exercício.

São Paulo, 28 de março de 2017.

Anderson Garbin
Presidente do Conselho Fiscal

Luciano Corradini
Conselheiro

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

REALIZADA EM 28/3/2017.

Em 28 (vinte e oito) de março de 2017, às 15 h, na sede social na Av. Prof. Vicente Rao, nº 90, CEP 04032-070, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada, conforme segue: Daniel Antonio Perin, Corinna Iara Hofmann e Eduardo Ambrosini e os membros da Diretoria Executiva como convidados: Renata Desiderio Furini, Mucio de Campos Maia Neto e a Yara Baxter. E também como convidadas, Marina Afnan e Livia Toth (Previ Novartis). Foi designado o Sr. Daniel Antonio Perin para presidir a reunião, que convidou a mim, Marina Afnan, para secretariar a presente reunião.

Ordem do dia: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

Esclarecimentos: De acordo com o disposto no Estatuto e no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa da Previ Novartis vigentes, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. O Sr. Presidente explicou que a presente reunião tem como objetivo deliberar sobre o assunto relacionado na Ordem do Dia, cujo material foi entregue aos presentes. O Sr. Presidente esclareceu que para elaboração das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício de 2016, foram observadas as disposições constantes da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, e da Instrução SPC nº 34, de 24/9/2009. Informou, ainda, que em atendimento às disposições do item 17 do anexo C da referida Resolução, a Previ Novartis deve apresentar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, os seguintes documentos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício de 2015; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício

de 2015; **c)** Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício de 2015; **d)** Demonstr o do Ativo Líquido – DAL dos Planos de Benefícios A e D comparativa com o exercício de 2015; **e)** Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido – DMAL dos Planos de Benefícios A e D comparativa com o exercício de 2015; **f)** Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano – DPT dos Planos de Benefícios A e D comparativa com o exercício de 2015; **g)** Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; **i)** Pareceres Atuariais emitidos pela Willis Towers Watson Consultoria Ltda., contendo os resultados das Avalia es Atuariais dos Planos de Benefícios A e D; bem como os estudos das hipóteses e taxa de juros, ambos aprovados pelo ARPB e AETQ, nesta ordem **j)** Parecer do Conselho Fiscal; e **k)** Manifesta o deste Conselho com a aprova o das Demonstra es Contábeis. O Sr. Presidente esclareceu que os documentos mencionados nos itens “a” até “g”, na forma do disposto no item 18 do Anexo C da Resolu o CNPC n  8, de 31/10/2011, encontram-se assinados e rubricados pelo dirigente máximo da Previ Novartis, bem como pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, ambos identificados pelo seu nome completo, cargo, n  do CPF e n  do CRC – Conselho Regional de Contabilidade, no que diz respeito ao profissional de contabilidade. Destacou que as Demonstra es Contábeis, acompanhadas dos Pareceres Atuariais e do Parecer dos Auditores Independentes, foram enviados para análise do Conselho Fiscal da Previ Novartis, que emitiu parecer favorável, o qual enviado a este Conselho, juntamente com a documenta o pertinente, para análise e delibera o. Salientou que em atendimento ao disposto nos artigos 3  e 4  da Instru o SPC n  34, de 24/9/2009, as Demonstra es



Contábeis, na forma da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, deverão ser enviadas pela Diretoria Executiva à PREVIC por meio do sistema de captação de dados disponível na página eletrônica do Ministério da Previdência Social até o dia 31/3/2017, eis que a Previ Novartis pertence ao Perfil III conforme consta da Portaria nº 465, de 29 de setembro de 2016.

Deliberações: Após análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis da Previ Novartis referentes ao exercício findo em 31/12/2016 e que refletem as operações financeiras e contábeis da Previ Novartis no referido exercício, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho em relação aos documentos apresentados.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes rubricada e assinada por meio da lista de presença anexa.

Daniel Antonio Perin
Presidente

Marina Afnan
Secretária

PARTECIPATÓRIA PLANO A





Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/10/2016.

As empresas patrocinadoras do Plano A são: Novartis Biociências S/A., Novartis Saúde Animal Ltda., Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e Sandoz do Brasil Industria Farmacêutica Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada aos participantes e respectivos beneficiários do Plano A.

O Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada encontra-se em extinção desde 26/2/2002.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 266, de 28/05/2014, publicada no D.O.U. de 29/05/2014.

I – ESTATÍSTICAS

BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/10/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	170
Idade média (em anos)	49,6
Tempo de serviço médio (em anos)	22,0
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	203

1 Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/10/2016
Número de aposentados válidos	298
Idade média (em anos)	69,9
Valor médio do benefício (em reais)	5.952
Número de aposentados inválidos ²	24
Idade média (em anos)	62,3
Valor médio do benefício (em reais)	2.552
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	89
Idade média (em anos)	59,1
Valor médio do benefício	5.609
Número de pensionistas (grupos familiares)	97
Idade média (em anos)	67,7
Valor médio do benefício (em reais)	3.135

2 Inclui 2 auxílios-doença há mais de 2 anos

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval das patrocinadoras do Plano A, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	4,33% a.a.	4,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	1,95% a.a.	0,93% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
• Salários	100%	100%
• Benefícios do plano	97%	100%
• Benefícios do INSS	97%	100%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ⁽¹⁾	AT – 2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB – 1983	RRB – 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Rotatividade	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015	Experiência Novartis Plano A 2006 – 2015

¹ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

OUTRAS HIPÓTESES	2016	2015
Probabilidade de aposentadoria	Aos 55 anos = 21% Aos 56 anos = 21% Aos 57 anos = 18% Aos 58 anos = 18% Aos 59 anos = 18% Aos 60 anos = 100%	Aos 55 anos = 29% Aos 56 anos = 21% Aos 57 anos = 21% Aos 58 anos = 21% Aos 59 anos = 21% Aos 60 anos = 100%
Composição familiar		
Benefícios concedidos ¹		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	82%	95%

1 Renda vitalícia

As hipóteses mencionadas anteriormente, foram fundamentadas com base no estudo de aderência das hipóteses atuariais realizado em novembro de 2016 para atender os dispositivos previstos na redação vigente na Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução no 23/2015.

Para o estudo das hipóteses biométricas e demográfica a Previ Novartis informou por Plano, para o período de janeiro/2012 a dezembro/2012, janeiro/2013 a junho/2013, julho/2013 a junho/2014, julho/2014 a junho/2015 e julho/2015 a junho/2016, o número de expostos ao risco e o número de ocorrências de cada evento por idade.

Para o estudo da hipótese de entrada em aposentadoria, a Previ Novartis informou por plano, para os períodos de janeiro/2012 a dezembro/2012, janeiro/2013 a junho/2013, julho/2013 a junho/2014, julho/2014 a junho/2015 e julho/2015 a junho/2016, o número de expostos ao risco (participantes ativos e autopatrocinados elegíveis à aposentadoria antecipada) por idade e o número das concessões de aposentadorias por idade.

Para o estudo da composição familiar utilizamos as bases finais das avaliações de 31/08/2016, 31/08/2015, 31/08/2014 e 31/08/2013 nas quais identificamos os participantes aposentados pelo plano, as informações do sexo, a data de nascimento do participante e a data de nascimento do cônjuge.

Para o estudo do crescimento real dos salários, utilizamos a base de dados de 30/06/2016 enviada pela Previ Novartis, bem como as bases finais das avaliações de 31/08/2015, 31/08/2014 e 31/08/2013, por plano, considerando os participantes ativos mantidos nos três anos e o total do salário de participação sem limite.

Os estudos foram apreciados pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETO), aprovado pela Diretoria Executiva e atestados pelo Conselho Fiscal da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Complementar.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JURO

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº186/2016 e a Instrução nº23/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, realizou em 2016, estudo de aderência da taxa de juros do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,33% a.a. para o plano de benefícios. Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,33% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Com base na Portaria 186/2016 a taxa mínima de juros é 4,33% a.a.. Diante disso, a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Complementar e com aval das patrocinadoras alteraram a taxa de juro de 4,00% a.a. (quatro por cento) utilizada na avaliação atuarial de 2015 para 4,33% a.a (quatro vírgula trinta e três por cento).

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Com base nos resultados do estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salário, a recomendação da Willis Towers Watson foi pela adoção da projeção do crescimento salarial de 1,95% a.a..

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 1,95% a.a. reflete a expectativa da empresa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, de acordo com a política de Recursos Humanos das empresas patrocinadoras em questão.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% para os benefícios reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,00% e o fator de 100% nos salários reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente da inflação.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses realizados pela Willis Towers Watson indicaram pela manutenção das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez e rotatividade adotadas no ano anterior e a necessidade de alteração das probabilidades de entrada em aposentadoria.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

▼ Regime Financeiro: Capitalização

▼ Métodos:

- Capitalização Financeira - Aposentadoria Normal, Antecipada, parcela de contribuição definida da Incapacidade, Benefício Proporcional Diferido, parcela de contribuição definida da Pensão por Morte e Resgate de Contribuições;

- Crédito Unitário Projetado - Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte.

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balancete da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social do Plano A é de R\$ 799.576.777,85.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

De acordo com informações prestadas pela Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada para a manutenção de títulos classificados contabilmente como “mantidos até o vencimento” o Plano possui estudos que evidenciam que a carteira de títulos classificados como “mantidos até o vencimento” possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	700.884.000,14
Provisões Matemáticas	661.219.823,32
<i>Benefícios Concedidos</i>	382.196.021,10
Contribuição Definida	111.117.341,10
Saldo de Conta de Assistidos	111.117.341,10
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	271.078.680,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	214.743.413,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	56.335.267,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	283.403.444,83
Contribuição Definida	280.532.299,83
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	152.425.081,43
Saldo de Contas – Parcela Participantes	128.107.218,40
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.871.145,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.436.032,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(564.887,00)

	VALORES EM R\$
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(4.379.642,61)
Serviço Passado	(4.379.642,61)
Patrocinador(es)	(4.379.642,61)
Participantes	0,00
Equilíbrio Técnico	39.664.176,82
<i>Resultados Realizados</i>	39.664.176,82
Superávit Técnico Acumulado	39.664.176,82
Reserva de Contingência	39.664.176,82
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	98.692.777,71
Fundo Previdencial	98.429.222,47
Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	98.429.222,47
Outros – Previstos em Nota Técnica Atuarial (Fundo Diferença de Inativos)	0,00
Fundo Administrativo	263.555,24

O Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não consideradas no cálculo dos benefícios ou dos institutos e será utilizado para abatimento das contribuições de patrocinadora ou para cobertura de eventuais insuficiências, conforme previsto no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em Parecer do Atuário.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 9,72) = 19,72\%$	19,72%

Sendo assim, foi alocado o total do superávit na reserva de contingência equivalente à R\$ 39.664.176,82.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Dessa forma, foi calculado pela Previ Novartis o valor de ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos seus títulos públicos federais atrelados à índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual de 4,33% a.a., e o valor contábil desses títulos, porém na apuração do equilíbrio técnico acumulado não há ajustes a serem efetuados uma vez que o plano não apresentou déficit a equacionar, nem tão pouco reserva especial a ser destinada em 31/12/2016, conforme prevista na Resolução CGPC nº26/2008.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	VALORES EM R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO EM %
Passivo Atuarial	665.599.465,93	700.056.164,78	-4,92%
<i>Benefícios Concedidos</i>	382.196.021,10	415.233.078,00	-7,96%
Contribuição Definida	111.117.341,10	111.117.341,10	0,00%
Benefício Definido	271.078.680,00	304.115.736,90	-10,86%
<i>Benefícios a Conceder</i>	283.403.444,83	284.823.086,78	-0,50%
Contribuição Definida	280.532.299,83	280.532.299,83	0,00%
Benefício Definido	2.871.145,00	4.290.786,95	-33,09%

Convém ressaltar que 41,16% (R\$273.949.825,00) do Passivo Atuarial de R\$ 665.599.465,93 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 58,84% restantes (R\$391.649.640,93) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

Embora tenham ocorrido novas concessões de benefícios, a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos sofreu uma redução devido a alteração na hipótese de taxa real anual de juros e fator de capacidade dos benefícios.

A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder relativa ao benefício definido pode ser explicada pela redução da massa de participantes e pelas alterações das hipóteses de taxa real anual de juros, crescimento salarial, entrada em aposentadoria e composição familiar baseadas nos Estudos de Aderência.

Desta forma, concluímos que os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI – PLANO DE CUSTEIO

PATROCINADORAS

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de abril/2017 a março/2018, as contribuições mensais equivalentes a 10,65% da folha de salários de participantes, sendo 0,39% correspondente aos benefícios de incapacidade e pensão por morte e 9,54% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado. Além dessas contribuições, as patrocinadoras deverão contribuir com 0,72% da folha de salários de participantes para custear a despesa administrativa.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas, em 10,50% da folha de salários de participantes (contribuição normal).

O Fundo de Reversão será utilizado durante o ano de 2017 para custear 100% da contribuição Normal de patrocinadora e da contribuição correspondente ao benefício mínimo de aposentadoria e aos benefícios de incapacidade, pensão por morte e para cobertura do Serviço Passado. Esse fundo não será utilizado para custeio das despesas administrativas.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é de 1 anos e 7 meses, contados a partir de 31/12/2016.

PARTICIPANTES

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 7,00% da folha de salários de participantes (contribuição básica).

AUTOPATROCINADOS

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar além das contribuições de participantes, as contribuições de patrocinadora definidas acima, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas. As contribuições serão definidas mediante aplicação dos percentuais sobre o respectivo salário de contribuição.

RESUMO COMPARATIVO DO PLANO DE CUSTEIO

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Assim, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

TAXAS DE CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE PARTICIPAÇÃO	NOVO PLANO DE CUSTEIO (A VIGORAR A PARTIR DE 1/4/2017)	PLANO DE CUSTEIO ANTERIOR
<i>Patrocinadores</i>		
Invalidez e Morte	0,39%	0,42%
Serviço Passado	9,54%	6,10%
Contribuição Total dos Patrocinadores	9,93%	6,52%

VII – CONCLUSÃO

O superávit apresentado no encerramento do exercício de 2016 decorre da Reversão do Fundo de Diferença de Inativos ocorrido em 2016, do aumento da taxa de juros decorrente do Estudo de Aderência e do rendimento do patrimônio ter sido superior ao esperado.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano A da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Ressaltamos que a cisão do Plano de Benefícios A referente à patrocinadora Novartis Saúde Animal Ltda. foi aprovada pela Previc por meio da Portaria Previc nº 511 de 25/10/2016 e em 1/3/2017 foi realizada a efetiva transferência dos recursos para entidade receptora. No prazo de 60 dias a contar de 1/3/2017 será enviada a DA – Demonstrações Atuariais do Plano de Benefícios A, em função de fatos relevantes, com o novo plano de custeio.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira
MIBA nº 889

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

PARTECIPATÓRIA PLANO 2





Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano D da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/10/2016.

As empresas patrocinadoras do Plano D são: Novartis Biociências S/A., Novartis Saúde Animal Ltda., Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada e Sandoz do Brasil Industria Farmaceutica Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela entidade aos participantes e respectivos beneficiários do Plano D.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 178, de 06/04/2015, publicada no D.O.U. de 07/04/2015.

I – ESTATÍSTICAS

BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/10/2016
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	1.772
Idade média (em anos)	37,7
Tempo de serviço médio (em anos)	6,7
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	623

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	31/10/2016
Número de aposentados válidos	11
Idade média (em anos)	57,1
Valor médio do benefício (em reais)	3.235
Número de aposentados inválidos ²	10
Idade média (em anos)	41,8
Valor médio do benefício (em reais)	407
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	10
Idade média (em anos)	54,9
Valor médio do benefício	3.578
Número de pensionistas (grupos familiares)	4
Idade média (em anos)	47,4
Valor médio do benefício (em reais)	1.661

² Inclui 9 auxílios-doença há mais de 2 anos

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval das patrocinadoras do Plano D, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	4,38% a.a.	4,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,63% a.a.	2,59% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
• Salários	100%	100%
• Benefícios do plano	97%	100%
• Benefícios do INSS	97%	100%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ⁽¹⁾	AT – 2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB – 1983	RRB – 1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca
Tábua de Rotatividade	Experiência Novartis Plano D 2012 – 2016	Experiência Novartis Plano D 2006 – 2015

¹ Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

OUTRAS HIPÓTESES	2016	2015
Probabilidade de aposentadoria	Aos 55 anos = 21% Aos 56 anos = 21% Aos 57 anos = 18% Aos 58 anos = 18% Aos 59 anos = 18% Aos 60 anos = 100%	Aos 55 anos = 29% Aos 56 anos = 21% Aos 57 anos = 21% Aos 58 anos = 21% Aos 59 anos = 21% Aos 60 anos = 100%
Composição familiar		
Benefícios concedidos ¹		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	82%	95%
Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 – idade do participante) / 2	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 – idade do participante) / 2

¹ Renda vitalícia

As hipóteses mencionadas anteriormente, foram fundamentadas com base no estudo de aderência das hipóteses atuariais realizado em novembro de 2016 para atender os dispositivos previstos na redação vigente da Resolução CGPC nº18/2006 alterada pelas Resoluções MPS/CNPC No 9/2012 e No15/2014 e na Instrução No 23/2015.

Para o estudo das hipóteses biométricas e demográfica a Previ Novartis informou por Plano, para o período de janeiro/2012 a dezembro/2012, janeiro/2013 a junho/2013, julho/2013 a junho/2014, julho/2014 a junho/2015 e julho/2015 a junho/2016, o número de expostos ao risco e o no número de ocorrências de cada evento por idade.

Para o estudo da hipótese de entrada em aposentadoria, a Previ Novartis informou por Plano, para os períodos de janeiro/2012 a dezembro/2012, janeiro/2013 a junho/2013, julho/2013 a junho/2014, julho/2014 a junho/2015 e julho/2015 a junho/2016, o número de expostos ao risco (participantes ativos e autopatrocinados elegíveis à aposentadoria antecipada) por idade e o número das concessões de aposentadorias por idade.

Para o estudo da composição familiar, utilizamos as bases finais das avaliações de 31/08/2016, 31/08/2015, 31/08/2014 e 31/08/2013 nas quais identificamos os participantes aposentados pelo Plano, as informações do sexo, a data de nascimento do participante e a data de nascimento do cônjuge.

Para o estudo do crescimento real dos salários, utilizamos a base de dados de 30/06/2016 enviada pela Previ Novartis, bem como as bases finais das avaliações de 31/08/2015, 31/08/2014 e 31/08/2013 por plano, considerando os participantes ativos mantidos nos três anos e o total do salário de participação sem limite.

Os estudos foram apreciados pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), aprovados pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo e atestados pelo Conselho Fiscal da Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JURO

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº18/2006, a Portaria Previc nº 186/2016 e a Instrução nº23/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano D, realizou, em 2016, estudo de aderência da taxa de juros do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação dos ativos e compromissos atuariais.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,38% a.a. para o plano de benefícios. Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,38% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Com base na Portaria 186/2016 a taxa mínima de juros é 4,38% a.a.. Diante disso, a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Complementar com aval das patrocinadoras alteraram a taxa de juros de 4,00% a.a. utilizada na avaliação de 2015 para 4,38% a.a..

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Com base nos resultados do estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salário, a recomendação da Willis Towers Watson foi pela adoção da projeção do crescimento salarial de 2,63% a.a..

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 2,63% a.a. reflete a expectativa da empresa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa, de acordo com a política de Recursos Humanos das empresas patrocinadoras em questão.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% para os benefícios reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,0% e o fator de 100% nos salários reflete a opção por se utilizar valores nominais na avaliação atuarial, e independe da inflação.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Os resultados dos estudos de aderência de hipóteses realizados pela Willis Towers Watson indicaram pela manutenção das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez adotadas no ano anterior e a necessidade de alteração da tábua de rotatividade e das probabilidades de entrada em aposentadoria.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

▼ Regime Financeiro: Capitalização

▼ Métodos:

- Capitalização Financeira - Aposentadoria Normal, Antecipada, parcela de contribuição definida da Incapacidade, Benefício Proporcional Diferido, parcela de contribuição definida da Pensão por Morte e Resgate de Contribuições;

- Crédito Unitário Projetado - Benefício Mínimo, parcela de benefício definido da Incapacidade e da Pensão por Morte.

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, o Patrimônio Social do Plano D em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 220.803.920,78.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

De acordo com informações prestadas pela Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada para a manutenção de títulos classificados contabilmente como “mantidos até o vencimento”, o Plano possui estudos que evidenciam que a carteira de títulos classificados como “mantidos até o vencimento” possui a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	211.885.784,25
Provisões Matemáticas	208.425.345,73
<i>Benefícios Concedidos</i>	11.140.893,81
Contribuição Definida	8.823.547,81
Saldo de Conta de Assistidos	8.823.547,81
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.317.346,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.317.346,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	197.284.451,92
Contribuição Definida	189.964.347,92
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	74.010.080,59
Saldo de Contas – Parcela Participantes	115.954.267,33
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	556.518,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	968.642,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(412.124,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	6.763.586,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	11.591.442,00

	VALORES EM R\$
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(4.827.856,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
Equilíbrio Técnico	3.460.438,52
<i>Resultados Realizados</i>	3.460.438,52
Superávit Técnico Acumulado	3.460.438,52
Reserva de Contingência	2.409.362,50
Reserva Especial para Revisão de Plano	1.051.076,02
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	8.918.136,53
Fundo Previdencial	8.529.429,88
Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar	3.605.659,40
Revisão de Plano II - 2015	4.923.770,48
Parcela Patrocinadora	4.923.770,48
Parcela Participante	0,00
Fundo Administrativo	388.706,65

O Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não consideradas no cálculo dos benefícios ou dos institutos e será utilizado conforme previsto no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em Parecer do Atuário.

Em 2015 foram apurados fundos com base na proporção contributiva (parcela Benefício Definido), verificada no período de janeiro/2014 a dezembro/2015, em que se deu a Reserva Especial, equivalentes a 99,17% para as patrocinadoras e 0,83% para os participantes e assistidos.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano II – 2015 de Patrocinadora tem por finalidade a redução da contribuição normal de patrocinadora para o Plano D. Essas contribuições são creditadas pela reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento, observado o plano de custeio vigente.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano II – 2015 de Participante foi utilizado até o seu esgotamento durante o ano de 2015.

O Fundo Previdencial de Revisão de Plano de Patrocinadora vem sendo atualizado mensalmente pelo retorno dos investimentos.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- ▼ Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Para o Plano D da Previ Novartis, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 17,6) = 27,6\%$	25%

Uma vez que o limite de 27,6% calculado pela fórmula é maior que 25% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a R\$2.409.362,50, sendo o restante do superávit alocado em Reserva Especial (1º ano).

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Dessa forma, foi calculado pela Previ Novartis o valor de ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos seus títulos públicos federais atrelados à índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual de 4,38% a.a., e o valor contábil desses títulos, porém na apuração do equilíbrio técnico acumulado não há ajustes a serem efetuados uma vez que o Plano não apresentou déficit a equacionar, nem tão pouco reserva especial a ser destinada em 31/12/2016, conforme prevista na Resolução CGPC nº26/2008.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

VALORES EM R\$			
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO EM %
Passivo Atuarial	208.425.345,73	209.339.333,21	-0,44%
<i>Benefícios Concedidos</i>	11.140.893,81	10.874.897,07	2,45%
Contribuição Definida	8.823.547,81	8.823.547,81	0,00%
Benefício Definido	2.317.346,00	2.051.349,26	12,97%
<i>Benefícios a Conceder</i>	197.284.451,92	198.464.436,14	-0,59%
Contribuição Definida	189.964.347,92	189.964.347,92	0,00%
Benefício Definido	7.320.104,00	8.500.088,22	-13,88%

Convém ressaltar que 4,62% (R\$ 9.637.450,00) do Passivo Atuarial de R\$ 208.425.345,73 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 95,38% restantes (R\$ 198.787.895,73) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada.

Embora a taxa real anual de juros tenha aumentado e o fator de capacidade de benefícios tenha reduzido, baseados no Estudo de Aderência, a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos aumentou devido a novas concessões de benefícios no período.

A redução da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder relativa ao benefício definido deve-se à redução na quantidade de participantes e as alterações nas hipóteses baseadas no Estudo de Aderência.

Desta forma, concluímos que os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI – PLANO DE CUSTEIO

PATROCINADORAS

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, de abril/2017 a março/2018 as contribuições equivalentes a 0,49% da folha de salários de participantes correspondentes ao benefício mínimo, aos benefícios de incapacidade e pensão por morte. Além dessa contribuição, as patrocinadoras deverão contribuir com 0,95% da folha de salários de participantes para custear a despesa administrativa.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas, em 4,27% da folha de salários de participantes (contribuição normal).

As contribuições das patrocinadoras, exceto aquelas destinadas a cobertura das despesas administrativas, serão custeadas pelo Fundo de Reversão, até o seu esgotamento e pelo Fundo Previdencial Revisão de Plano II de Patrocinadora enquanto houver recursos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

PARTICIPANTES

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 4,27% da folha de salários de participantes (contribuição básica).

AUTOPATROCINADOS

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar, além das suas contribuições individuais, as contribuições que seriam feitas pelas patrocinadoras, destinadas ao custeio de seu benefício, inclusive as contribuições para custeio das despesas administrativas.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

RESUMO COMPARATIVO DO PLANO DE CUSTEIO

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

TAXAS DE CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE PARTICIPAÇÃO	NOVO PLANO DE CUSTEIO (A VIGORAR A PARTIR DE 1/4/2017)	PLANO DE CUSTEIO ANTERIOR
<i>Patrocinadores</i>		
Invalidez e Morte	0,46%	0,53%
Benefício Mínimo	0,03%	0,02%
Contribuição Total dos Patrocinadores	0,49%	0,55%

VII – CONCLUSÃO

O aumento do Superávit no exercício de 2016 ocorreu em função do rendimento do patrimônio ter sido superior ao esperado, uma vez que o passivo atuarial do exercício está muito próximo passivo atuarial esperado.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano D da Previ Novartis - Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano se encontra solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Ressaltamos que a cisão do Plano de Benefícios D referente à patrocinadora Novartis Saúde Animal Ltda. foi aprovada pela Previc por meio da Portaria Previc nº 512 de 25/10/2016 e em 1/3/2017 foi realizada a efetiva transferência dos recursos para entidade receptora. No prazo de 60 dias a contar de 1/3/2017 será enviada a DA – Demonstrações Atuariais do Plano de Benefícios D, em função de fatos relevantes, com o novo plano de custeio.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

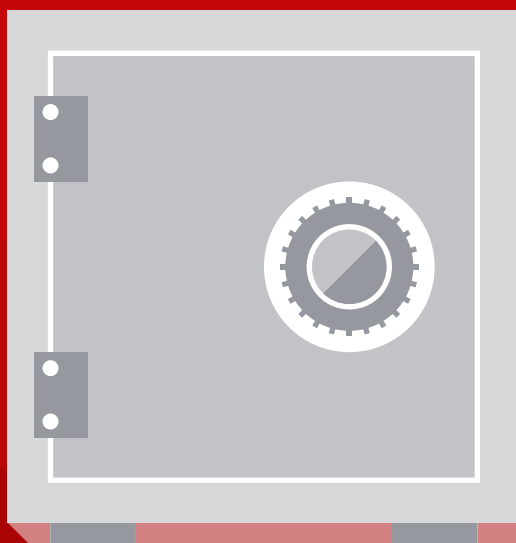
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017.

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira
MIBA nº 889

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANOS A, D
E PGA



INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

As informações a seguir aplicam-se aos Planos de Benefícios A e D e ao Plano de Gestão Administrativa da Previ Novartis.

TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por plano/segmento - período de referência: 1/2016 a 12/2016

PLANOS A E D

PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	% INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS % A.A.
100%	Plano	100%	IGP-DI	4,00%
100%	Renda Fixa	100%	IMA-S	0,00%
100%	Renda Variável	100%	IBrX	0,00%
100%	Invest. Estruturados	100%	DI-CETIP	0,00%
100%	Invest. no Exterior	100%	MSCI-World	0,00%

PGA

PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	% INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS % A.A.
100%	Plano	100%	IMA-S	0,00%
100%	Renda Fixa	100%	IMA-S	0,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Data de aprovação pelo conselho deliberativo: 15/12/2015

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO			
SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
Plano	Mucio de Campos Maia Neto	064.357.868-44	DIRETOR

CONTROLE DE RISCOS

Risco de mercado	Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.
Risco de liquidez	Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.
Risco legal	Associado a incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.
Risco operacional	Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.

SOBRE RISCOS	PLANO A	PLANO D	PGA
Realiza o apuração de ativos financeiros?	Não	Não	Não
Dispõe de Manual?	Não	Não	Não
Possui modelo proprietário de risco?	Sim	Sim	Sim
Dispõe de Manual?	Não	Não	Não
Realiza Estudos de ALM?	Sim	Sim	Não

Observação: Todos os ativos são marcados a mercado, exceto os que fazem parte do perfil de Renda Vitalicia. Como a gestão é totalmente terceirizada, a responsabilidade pelo apuração dos ativos é dos gestores e custodiantes. Os controles de riscos são realizados pelos gestores de recursos e acompanhados através de relatórios elaborados por consultoria especializada.

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Período de referência: 1/2016 a 12/2016

PLANOS A E D

SEGMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
Renda Fixa	30,00%	100,00%	75,00%
Renda Variável	0,00%	40,00%	15,00%
Imóveis	0,00%	5,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	5,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	5,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	10,00%	5,00%

PGA

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	90,00%	100,00%	100,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	10,00%	0,00%

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, com o apoio da consultoria de investimentos no momento da definição da PI. A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação de ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores de recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Planos A e D oferecem aos participantes 4 perfis de investimentos distintos. Veja os percentuais mínimo e máximo de alocação de cada segmento por perfil:

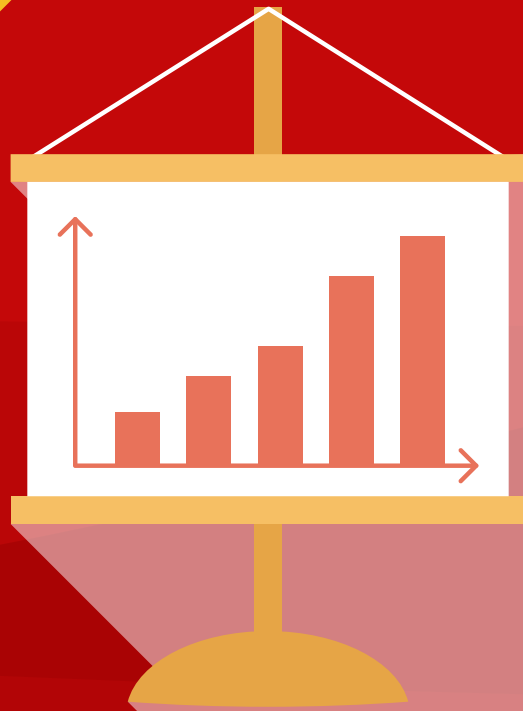
PLANOS A E D

	SUPERCONSERVADOR	CONSERVADOR	MODERADO	AGRESSIVO
Renda Fixa	80% a 100%	77% a 100%	50% a 100%	30% a 100%
Renda Variável	-	-	0% a 20%	0% a 40%
Imóveis	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%
Empréstimos e Financiamentos	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%	0% a 5%
Investimentos Estruturados	0% a 10%	0% a 10%	0% a 10%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	-	0% a 10%	0% a 10%

Observação: A entidade também possui um Perfil denominado Renda Vitalícia destinada aos ativos concedidos e a conceder sob forma de Benefício Definido.

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANOS A E D



INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANOS A E D

PATRIMÔNIO POR PERFIL	R\$
Perfil Super Conservador	380.755.694,00
Perfil Conservador	218.649.659,23
Perfil Moderado	85.573.787,17
Perfil Agressivo	7.390.601,61
Renda Vitalicia	327.003.647,17

RENTABILIDADE BRUTA POR PERFIL E POR SEGMENTO

	PLANO	RF	RV	ESTRUTURADOS	INV. EXTERIOR	BENCHMARK	DESCRIÇÃO BENCHMARK
Perfil Super Conservador	14,28%	14,28%				13,84%	100% IMA-S
Perfil Conservador	20,78%	20,95%		18,55%		19,73%	95%*Benchmark Composto + 5%*CDI
Perfil Moderado	21,72%	21,44%	34,48%	18,66%	-13,39%	23,03%	75%*Benchmark Composto + 15%*IBrX + 5%*CDI + 5%*(IGP-DI + 5%a.a.)
Perfil Agressivo	22,97%	21,34%	34,64%	19,25%	5,71%	25,52%	55%*Benchmark Composto + 30%*IBrX + 5%*CDI + 10%*(IGP-DI + 5%a.a.)
Renda Vitalicia	15,06%	15,06%				11,15%	IGP-DI + 4%a.a.

RENTABILIDADE LIQUIDA POR PERFIL E POR SEGMENTO

	PLANO	RF	RV	ESTRUTURADOS	INV. EXTERIOR	BENCHMARK	DESCRIÇÃO BENCHMARK
Perfil Super Conservador	14,03%	14,03%				13,84%	100% IMA-S
Perfil Conservador	20,57%	20,83%		16,84%		19,73%	95%*Benchmark Composto + 5%*CDI
Perfil Moderado	20,97%	21,31%	30,68%	16,89%	-13,86%	23,03%	75%*Benchmark Composto + 15%*IBrX + 5%*CDI + 5%*(IGP-DI + 5%a.a.)
Perfil Agressivo	20,82%	21,22%	31,14%	17,48%	5,49%	25,52%	55%*Benchmark Composto + 30%*IBrX + 5%*CDI + 10%*(IGP-DI + 5%a.a.)
Renda Vitalicia	15,03%	15,03%				11,15%	IGP-DI + 4%a.a.

OBSERVAÇÕES:

- ▼ Informações em 31/12/2016 referentes ao ano 2016
- ▼ As rentabilidades aqui apresentadas foram auferidas com base em metodologia própria utilizada pela Willis Towers Watson e são diferentes daquelas calculadas pelos gestores dos investimentos e/ou por meio da cota do plano, não sendo, portanto, as rentabilidades oficiais do seu plano de benefícios.
- ▼ As rentabilidades brutas não são apuradas pelas cotas dos fundos, mas sim apuradas pelo fluxo da TIR, com base mensal.
- ▼ As rentabilidades líquidas não contemplam as taxas cobradas pelos gestores nos fundos e carteiras de 2º nível em diante, e nem os custos contábeis da Entidade. Esses dados são informados pelos gestores e não são validados pela Willis Towers Watson.
- ▼ As taxas dos fundos são equalizadas gerencialmente para reduzir o impacto aos participantes.
- ▼ Renda Vitalicia: Foi utilizada a metodologia de marcação na curva para o cálculo do patrimônio e da rentabilidade.
- ▼ No Perfil Agressivo, a rentabilidade da parcela de 'Investimentos no Exterior' tem apenas 6 meses de histórico.
- ▼ Benchmark Composto: (20% IMA-S + 14,4% IRF-M1 + 25,6% IRF-M1+ + 30% IMA-B5 + 10% IMA-B5+)



ALTERAÇÕES DE ESTATUTO DA ENTIDADE





ALTERAÇÕES DE ESTATUTO DA ENTIDADE

A PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar aprovou em 22 de dezembro de 2016 alterações propostas no Estatuto da Previ Novartis*. Veja, abaixo, os principais aspectos que sofreram mudanças:

- ▼ Alteração da composição do Conselho Deliberativo e Fiscal
- ▼ Alteração da duração do mandato dos membros dos órgãos estatutários de 4 para 5 anos

Além destas alterações, foram sugeridos ajustes redacionais e de numeração, que não causam impacto para o participante.

Para saber mais, acesse www.previnovartis.com.br/noticias/historico_noticias.htm

*Portaria nº 50.043 de 22 de dezembro de 2016, D.O.U nº 247 26/12/2016, seção 01, página 34.



Previ Novartis – Sociedade de Previdência Privada
Av. Prof. Vicente Rao, 90 – Brooklin Paulista – 04636-000 – São Paulo
(11) 5532-7560 / 7561 / 7562
previ.novartis@novartis.com

www.previnovartis.com.br